

MEX-28. BATALHAO DE CACADORES/SE

Termo de Referência 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	160454-MEX-28. BATALHAO DE CACADORES/SE MARCELO HENRIQUE DE LIMA BEZERRA	24/03/2026 11:22 (v 0.9)
Status		
ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		64025.000562/2026-03

1. Condições gerais da contratação

1.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, PARA LOCAÇÃO DE TOLDOS, MÓVEIS, DECORAÇÃO, MATERIAIS PARA EVENTOS E BUFFET, ALUGUEL DE GERADORES E AFINS, DESTINADO A ATENDER ÀS DEMANDAS DESTA UASG E DAS UGs PARTICIPANTES DO GCAL DA 6ª RM, conforme especificações constantes na **TABELA ABAIXO**, observadas as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER/ESPECIFICAÇÃO	UNID DE FORN	UASG	MUNICÍPIO DE ENTREGA	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti- oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 3m x 3m,	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	5	350,00	1750,00
2	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 4m x 4m,	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	5	387,00	1935,00
3	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE	Aracaju/SE	5	387,00	1935,00

	oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 5m x 5m,		CAÇADORES/SE				
4	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 6m x 6m	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	4	400,00	1600,00
5	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 8m x 8m,	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	4	693,00	2772,00
6	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 10m x 10m,	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	5	1000,00	5000,00
7	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 12m x 12m,	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	5	1253,00	6265,00
8	17019 - Locação de arranjos e vasos com plantas artificiais por PERÍODO DE 24 HORAS, para decoração em eventos. Os arranjos devem ter pelo no mínimo 30cm com flores Artificiais ou reais (amarílis, orquídeas, lírios, rosas em cores variadas, flores tropicais e folhagens diversas), vasos, bases e pedestais em cerâmica para decoração de ambientes.	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	60	88,50	5310,00
9	20460 - Locação de cadeiras plásticas sem braço resistente, sem braço, por PERÍODO DE 24 HORAS, na cor branca e empilhável, resistente até 140kg. pedido mínimo 20 unidades para o mesmo evento.	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	1000	13,00	13000
10	17124 - Locação de toalhas de mesa Redonda por PERÍODO DE 24 HORAS, diametro 2.80m, Locação toalha, cores a	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE	Aracaju/SE	50	52,10	2605,00

	combinar.		CAÇADORES/SE				
11	20460 - Aluguel De Capas Para Cadeiras plástica sem braço	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	1000	7,99	7990,00
12	17124 - Locação de malhas em tecido para decoração, malhas em tecido e disponibilização de todo material para fixação (tais como: fio de nylon, barbante e outros). fornecimento de malhas (tensionadas, trançadas e penduradas). com equipe responsável por montagem e desmontagem no local do evento. decoração na cidade sede da unidade solicitante. cores variadas a combinar. tamanho 3x3 metros aproximadamente. pedido mínimo de 6 unidades. PERÍODO DE 24 HORAS	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	70	16,00	1120,00
13	17612 - Serviço de locação de cabine sanitária: masculino ou feminino luxo (espelho, saboneteira, álcool gel, papel toalha) período de 24 horas - com serviço de sucção, período de 24 horas entregue no local. (serviço unitário)	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	5	595,00	2975,00
14	20460 - Serviço de locação de biombo em mdf, 3 (três) folhas, cor branca. Período de 24 horas.	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	5	710,00	3550,00
15	17051 - Aluguel de Garfo de Mesa em Inox, PERÍODO DE 24 HORAS.	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	800	3,30	2640,00
16	17051 - Aluguel de Faca de Mesa em Inox, PERÍODO DE 24 HORAS.	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	800	3,30	2640,00
17	17051 - Aluguel de Colher Para Sobremesa em Inox, PERÍODO DE 24 HORAS.	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	800	3,00	2400,00
18	17051 - Aluguel de Prato Raso Branco Tradicional Ceramica, Altura Similar: 2 cm Diâmetro Similar: 27 cm , PERÍODO DE 24 HORAS.	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	800	5,00	4000,00
19	21679 - Locação, montagem, instalação e desinstalação de conjunto gerador super silencioso, motor de 180 KVA, abastecido para funcionamento em regime contínuo. Diária: 6h. (O tempo de instalação não é contabilizado para efeitos de diária)	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	5	3400,00	17000,00
20	21679 - Locação, montagem, instalação e desinstalação de conjunto gerador super silencioso, motor de 260 KVA, abastecido para funcionamento em regime contínuo. Diária: 6h. (O tempo de instalação não é contabilizado para efeitos de diária)	SV	160454 - MEX-28. BATALHAO DE CAÇADORES/SE	Aracaju/SE	5	3990,00	19950,00
21	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti- oxidante, auto extingüível,	SV	160037 - 6º BPE (6º Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	5	350,00	1750,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		2		700,00
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e				

	sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 3m x 3m,		Formação Complementar)		10		3500,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		5		1750,00
22	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 4m x 4m,	SV	160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	5	387,00	1935,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		2		774,00
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		10		3870,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		5		1935,00
23	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 5m x 5m,	SV	160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	5	387,00	1935,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		1		387,00
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		10		3870,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		5		1935,00
24	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 6m x 6m	SV	160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	5	400,00	2000,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		1		400,00
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		7		2800,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		3		1200,00
25	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 8m x 8m,	SV	160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	5	693,00	3465,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		1		693,00
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		7		4851,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		3		2079,00
	17809 - Serviço de Locação PERÍODO		160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)		5		5000,00

26	DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 10m x 10m,	SV	160038 - 6° D Sup (6° Depósito de Suprimentos)	Salvador-BA	2	1000,00	2000,00
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		5		5000,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		3		3000,00
27	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 12m x 12m,	SV	160037 - 6° BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	5	1253,00	6265,00
			160038 - 6° D Sup (6° Depósito de Suprimentos)		2		2506,00
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		4		5012,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		3		3759,00
28	17019 - Locação de arranjos e vasos com plantas artificiais por PERÍODO DE 24 HORAS, para decoração em eventos. Os arranjos devem ter pelo no minimo 30cm com flores Artificiais ou reais (amarílis, orquídeas, lírios, rosas em cores variadas, flores tropicais e folhagens diversas), vasos, bases e pedestais em cerâmica para decoração de ambientes.	SV	160037 - 6° BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	25	88,50	2212,5
			160038 - 6° D Sup (6° Depósito de Suprimentos)		20		1770,00
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		10		885,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		50		4425,00
29	20460 - Locação de cadeiras plásticas sem braço resistente, sem braço, por PERÍODO DE 24 HORAS, na cor branca e empilhável, resistente até 140kg. pedido mínimo 20 unidades para o mesmo evento.	SV	160037 - 6° BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	50	13,00	650,00
			160038 - 6° D Sup (6° Depósito de Suprimentos)		1		13,00
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		200		2600,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		1000		13000,00
30	17124 - Locação de toalhas de mesa Redonda por PERÍODO DE 24 HORAS, diametro 2.80m, Locação toalha, cores a combinar.	SV	160037 - 6° BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	50	52,10	2605,00
			160038 - 6° D Sup (6° Depósito de Suprimentos)		1		52,10
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		200		10420,00
			160040 - Pq R Mnt				

			/6 (Parque Regional de Manutenção)		50		2605,00
31	20460 - Aluguel De Capas Para Cadeiras plástica sem braço	SV	160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	100	7,99	799,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		2		15,98
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		200		1598,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		1000		7990,00
32	17124 - Locação de malhas em tecido para decoração, malhas em tecido e disponibilização de todo material para fixação (tais como: fio de nylon, barbante e outros). fornecimento de malhas (tensionadas, trançadas e penduradas). com equipe responsável por montagem e desmontagem no local do evento. decoração na cidade sede da unidade solicitante. cores variadas a combinar. tamanho 3x3 metros aproximadamente. pedido mínimo de 6 unidades. PERÍODO DE 24 HORAS	SV	160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	20	16,00	320,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		2		32,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		50		800,00
33	17612 - Serviço de locação de cabine sanitária: masculino ou feminino luxo (espelho, saboneteira, álcool gel, papel toalha) período de 24 horas - com serviço de sucção, período de 24 horas entregue no local. (serviço unitário)	SV	160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	5	595,00	2975,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		1		595,00
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		50		29750,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		10		5950,00
34	20460 - Serviço de locação de biombo em mdf, 3 (três) folhas, cor branca. Período de 24 horas.	SV	160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	10	710,00	7100,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		2		1420,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		10		7100,00
35	17051 - Aluguel de Garfo de Mesa em Inox, PERÍODO DE 24 HORAS.	SV	160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	50	3,30	165,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		1		3,30
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		2000		6600,00
			160040 - Pq R Mnt				

			/6 (Parque Regional de Manutenção)		500		1650,0
36	17051 - Aluguel de Faca de Mesa em Inox, PERÍODO DE 24 HORAS.	SV	160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	50	3,30	165,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		1		3,30
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		2000		6600,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		500		1650,00
37	17051 - Aluguel de Colher Para Sobremesa em Inox, PERÍODO DE 24 HORAS.	SV	160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	50	3,00	150,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		1		3,00
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		2000		6000,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		500		1500,00
38	17051 - Aluguel de Prato Raso Branco Tradicional Ceramica, Altura Similar: 2 cm Diâmetro Similar: 27 cm , PERÍODO DE 24 HORAS.	SV	160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	50	5,00	250,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		1		5,00
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		2000		10000,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		500		2500,00
39	21679 - Locação, montagem, instalação e desinstalação de conjunto gerador super silencioso, motor de 180 KVA, abastecido para funcionamento em regime contínuo. Diária: 6h. (O tempo de instalação não é contabilizado para efeitos de diária)	SV	160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	5	3400,00	17000,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		2		6800,00
			160525 - ESFCEEx (Escola de Saúde e Formação Complementar)		50		170000,00
			160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		1		3400,00
40	21679 - Locação, montagem, instalação e desinstalação de conjunto gerador super silencioso, motor de 260 KVA, abastecido para funcionamento em regime contínuo. Diária: 6h. (O tempo de	SV	160037 - 6º BPE (6ª Batalhão de Polícia do Exército)	Salvador-BA	6	3990,00	23940,00
			160038 - 6º D Sup (6º Depósito de Suprimentos)		1		3990,00

	instalação não é contabilizado para efeitos de diária)		160040 - Pq R Mnt /6 (Parque Regional de Manutenção)		1		3990,00
41	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 3m x 3m,	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	4	350,00	1400,00
42	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 4m x 4m,	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	2	387,00	774,00
43	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 5m x 5m,	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	2	387	774,00
44	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 6m x 6m	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	4	400,00	1600,00
45	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 8m x 8m,	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	2	693,00	1386,00
46	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	2	1000,00	2000,00

	galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 10m x 10m,						
47	17809 - Serviço de Locação PERÍODO DE 24 HORAS, montagem e desmontagem: Toldo, tipo piramidal, cobertura com lona vinílica branca 1100 x 1100 dtexz, com aditivo Anti-UV e Anti-oxidante, auto extingüível, sustentada por estrutura tubular em aço galvanizado com altura útil de coluna de 3,5m E Quadrante Medindo 12m x 12m,	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	4	1253,00	5012,00
48	17019 - Locação de arranjos e vasos com plantas artificiais por PERÍODO DE 24 HORAS, para decoração em eventos. Os arranjos devem ter pelo no minimo 30cm com flores Artificiais ou reais (amarílis, orquídeas, lírios, rosas em cores variadas, flores tropicais e folhagens diversas), vasos, bases e pedestais em cerâmica para decoração de ambientes.	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	20	88,50	1770,00
49	20460 - Locação de cadeiras plásticas sem braço resistente, sem braço, por PERÍODO DE 24 HORAS, na cor branca e empilhável, resistente até 140kg. pedido mínimo 20 unidades para o mesmo evento.	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	400	13,00	5200,00
50	17124 - Locação de toalhas de mesa Redonda por PERÍODO DE 24 HORAS, diametro 2.80m, Locação toalha, cores a combinar.	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	50	52,10	2605,00
51	20460 - Aluguel De Capas Para Cadeiras plástica sem braço	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	200	7,99	1598,00
52	17124 - Locação de malhas em tecido para decoração, malhas em tecido e disponibilização de todo material para fixação (tais como: fio de nylon, barbante e outros). fornecimento de malhas (tensionadas, trançadas e penduradas). com equipe responsável por montagem e desmontagem no local do evento. decoração na cidade sede da unidade solicitante. cores variadas a combinar. tamanho 3x3 metros aproximadamente. pedido mínimo de 6 unidades. PERÍODO DE 24 HORAS	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	40	16,00	640,00
53	17612 - Serviço de locação de cabine sanitária: masculino ou feminino luxo (espelho, saboneteira, álcool gel, papel toalha) período de 24 horas - com serviço de sucção, período de 24 horas entregue no local. (serviço unitário)	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	15	595,00	8925,00
54	20460 - Serviço de locação de biombo em mdf, 3 (três) folhas, cor branca. Período de 24 horas.	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	20	710,00	14200,00
55	17051 - Aluguel de Garfo de Mesa em Inox, PERÍODO DE 24 HORAS.	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	100	3,30	330,00
56	17051 - Aluguel de Faca de Mesa em	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de	Feira de	100	3,30	330,00

	Inox, PERÍODO DE 24 HORAS.		Infantaria)	Santana - BA			
57	17051 - Aluguel de Colher Para Sobremesa em Inox, PERÍODO DE 24 HORAS.	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	100	3,00	300,00
58	17051 - Aluguel de Prato Raso Branco Tradicional Ceramica, Altura Similar: 2 cm Diâmetro Similar: 27 cm , PERÍODO DE 24 HORAS.	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	100	5,00	500,00
59	21679 - Locação, montagem, instalação e desinstalação de conjunto gerador super silencioso, motor de 180 KVA, abastecido para funcionamento em regime contínuo. Diária: 6h. (O tempo de instalação não é contabilizado para efeitos de diária)	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	5	3400,00	17000,00
60	21679 - Locação, montagem, instalação e desinstalação de conjunto gerador super silencioso, motor de 260 KVA, abastecido para funcionamento em regime contínuo. Diária: 6h. (O tempo de instalação não é contabilizado para efeitos de diária)	SV	160028 - 35° BI (35° Batalhão de Infantaria)	Feira de Santana - BA	5	3990,00	19950,00

1.2. Os serviços objeto desta contratação são classificados como comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura da Ata de Registro de Preço, podendo ser **prorrogável sucessivamente**, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, observados os limites e as condições estabelecidos nos arts. 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como a disponibilidade orçamentária para cada exercício financeiro.

1.4. O contrato decorrente da Ata de registro de Preços estabelecerá de forma detalhada as regras aplicáveis à vigência, às prorrogações, à , em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº14.133, de 2021, e do Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, uma vez que se refere à contratação de serviço e locação compatíveis com as necessidades operacionais da Administração.

1.6. O serviço objeto desta contratação é classificado como serviço comum, uma vez que sua execução de forma regular e permanente é necessária para assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais da instituição, podendo ter sua vigência prorrogada, desde que devidamente justificada a necessidade e comprovada a manutenção vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. Em caso de divergência entre a descrição dos itens constantes no Edital e aquelas registradas no sistema Compras.gov.br (ComprasNet), prevalecerá o disposto no Edital e em seus anexos, por se tratar do instrumento convocatório que rege o certame.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A fundamentação da contratação, bem como a definição dos respectivos quantitativos, encontra-se detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra o presente Termo de Referência como seu apêndice.

2.2. O objeto da contratação está devidamente previsto no Plano de Contratações Anual – PCA referente ao exercício de 2025, em atendimento ao disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133, de 2021.

3. Descrição da solução como um todo

3.1. A descrição da solução adotada, considerada de forma integrada, encontra-se detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra o presente Termo de Referência como seu apêndice.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos, elaborados com base no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União – AGU, em consonância com o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021:

4.1.1. Incentivo à inovação e à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.;

4.1.2. Promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em consonância com a Estratégia Federal de Desenvolvimento e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, no que couber ao objeto da contratação.

4.1.3. Para os itens cuja atividade esteja enquadrada na Ficha Técnica de Enquadramento – FTE Código 18-5 (Categoria: Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio; Descrição: Depósito de produtos químicos e produtos perigosos), constante do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 2021, quando aplicável ao objeto contratado:

4.1.3.1 Comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 2021, e demais normas correlatas.

4.2. As exigências de sustentabilidade deverão estar fundamentadas no desenvolvimento econômico e social, bem como na conservação do meio ambiente, observando-se, sempre que possível, diretrizes como: menor impacto sobre os recursos naturais, preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, e maior eficiência na utilização de recursos naturais, tais como água e energia.

4.3. Nas aquisições e contratações governamentais, deverá ser observada, quando aplicável, a prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, conforme disposto no art. 7º, inciso XI, da Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), bem como na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 2010, e demais atos normativos dos órgãos ambientais competentes.

4.4. Para a presente contratação, foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, não tendo sido identificada a aplicabilidade de critérios ambientais específicos adicionais aos já previstos, em razão da natureza do objeto a ser contratado.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Na hipótese de o licitante atuar como fornecedor, revendedor ou distribuidor, poderá ser exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, assegurando a responsabilidade solidária quanto ao fornecimento e à execução do objeto contratado, nos termos do edital.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não será exigida garantia da contratação, prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.8. Fica dispensada a realização de vistoria ou avaliação prévia do local de execução dos serviços, tendo em vista a natureza do objeto, que não demanda conhecimento prévio das instalações para a adequada formulação das propostas.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. A execução do objeto observará a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução do objeto ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da emissão da respectiva Nota de Empenho.

5.1.2. A execução dos serviços compreenderá os métodos, rotinas, etapas, procedimentos operacionais, tecnologias empregadas, bem como a frequência e a periodicidade necessárias ao atendimento das demandas da CONTRATANTE, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, no edital e na proposta vencedora.

5.1.3. O cronograma de realização dos serviços será definido de acordo com a demanda da Administração, observados os prazos previamente ajustados entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços e horários:

5.2.1. Unidades Gerenciadora:

- **160454** - 28º Batalhão de Caçadores, Setor de Almoxarifado: Rua Ten. Jansen Melo S/N - Bairro 18 Do Forte, CEP: 49072-350, 160454, Aracaju-SE;

- Vila Militar de Oficiais - Rua Dr José Calumbi, s/n, Bairro Suíssa - Aracaju-SE;

Horário: De Segunda-feira à Quinta-feira das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas e na Sexta-feira das 07:30h às 11:00h.

5.2.2. Unidades Participantes:

- **160036** - Comando 6ª Região Militar: Praça Duque de Caxias, Setor de Almoxarifado, Rua da Mouraria, s/n, Nazaré, CEP 40040-110, Salvador/BA. Horário: De Segunda-feira à Quinta-feira das 8:30h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h e na Sexta-feira das 07:30h às 11:00h.
- **160525** - Escola de Formação Complementar do Exército, Setor de Almoxarifado: Rua Território do Amapá, nº 455, Bairro Pituba, CEP 41.830-540, Salvador-BA. Horário: De Segunda-feira à Quinta-feira das 08:30h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h e na Sexta-feira das 07:30h às 11:00h.
- **160039** - Hospital Geral de Salvador, Setor de Almoxarifado, Ladeira dos Galés, nº 26, Bairro Brotas, CEP 40.255-010, Salvador-BA. Horários: De Segunda-feira à Quinta-feira das 07:00h até as 14:30 e na Sexta-feira das 07:00h às 11:30h.
- **160038** - 6º Depósito de Suprimentos, Rua Gamboa de Cima, s/n, Forte de São Pedro, Salvador/BA, CEP: 40.080-060. Horário: De Segunda-feira à Quinta-feira das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas e na Sexta-feira das 07:30h às 11:00.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as seguintes rotinas:

5.3.1. A empresa adjudicatária deverá executar os serviços conforme as demandas da CONTRATANTE, responsabilizando-se integralmente pelo transporte, entrega, montagem e desmontagem dos toldos e demais materiais contratados, após a emissão da respectiva Nota de Empenho, pelo valor do lance final registrado em ata, nos locais indicados no item 5.2 deste Termo de Referência.

5.3.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar previamente à CONTRATANTE a relação nominal dos funcionários responsáveis pela execução dos serviços, para fins de controle e autorização de acesso às instalações.

5.3.3. Os serviços deverão ser concluídos dentro dos prazos previamente definidos pela CONTRATANTE e formalmente acordados com a CONTRATADA.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades compatíveis com o objeto contratado, promovendo a substituição imediata daqueles que apresentarem defeitos ou inadequações.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A estimativa da demanda da Administração foi elaborada com base em contratações de serviços similares realizadas em exercícios anteriores, sem prejuízo de ajustes decorrentes de necessidades supervenientes.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.6. O prazo de garantia dos serviços será aquele previsto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que couber ao objeto contratado.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Em razão das características do objeto, não serão necessários procedimentos específicos de transição ou de finalização do contrato.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução do contrato por fato alheio à vontade da CONTRATADA, o cronograma de execução poderá ser prorrogado pelo período correspondente, mediante registro formal das circunstâncias, por meio de apostilamento, quando cabível, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de meios eletrônicos para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar representante da CONTRATADA para reunião inicial, destinada à apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias de execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição de resultados e das sanções aplicáveis, entre outros aspectos relevantes.

Preposto

6.6. A CONTRATADA deverá designar formalmente o preposto da empresa antes do início da execução dos serviços, indicando, no instrumento de designação, os respectivos poderes e deveres relacionados à execução do objeto contratado.

6.7. A CONTRATADA deverá manter preposto durante o período de execução do contrato, em tempo compatível com as necessidades da fiscalização e da adequada execução do objeto.

6.8. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA, hipótese em que deverá ser designado outro representante para o exercício da função.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) do contrato ou por seus respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução contratual, com o objetivo de assegurar o cumprimento de todas as condições estabelecidas no contrato e a obtenção dos melhores resultados para a Administração, nos termos do art. 22, inciso VI, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, indicando as providências necessárias à regularização de eventuais falhas ou defeitos observados, conforme art. 117, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 22, inciso II, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.12. Identificada inexecução ou irregularidade na execução do contrato, o fiscal técnico emitirá notificações à CONTRATADA, fixando prazo para a devida correção, conforme art. 22, inciso III, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou adoção de providências que extrapolem sua competência, para que sejam adotadas as medidas cabíveis, nos termos do art. 22, inciso IV, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme art. 22, inciso V, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à eventual prorrogação ou à adoção das providências necessárias ao encerramento contratual, nos termos do art. 22, inciso VII, do Decreto nº 11.246, de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará os empenhos, os pagamentos, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando, quando necessário, documentos comprobatórios pertinentes, conforme art. 23, incisos I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.17. Constatado o descumprimento de obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente para a solução do problema, reportando-o ao gestor do contrato quando a providência ultrapassar sua competência, conforme art. 23, inciso IV, do Decreto nº 11.246, de 2022.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo o histórico de gerenciamento do contrato com todos os registros formais da execução, tais como ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatórios para avaliação da necessidade de ajustes, nos termos do art. 21, inciso IV, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, informando à autoridade superior, quando necessário, as situações que ultrapassem sua competência, conforme art. 21, inciso II, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA para fins de empenho e pagamento, registrando os problemas que possam afetar a liquidação da despesa, nos termos do art. 21, inciso III, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, com registro do desempenho contratual e eventuais penalidades aplicadas, conforme art. 21, inciso VIII, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.22. O gestor do contrato adotará as providências necessárias à instauração de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, a ser conduzido nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme art. 21, inciso X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.23. Ao final da execução contratual, o gestor do contrato elaborará relatório final contendo informações sobre o alcance dos objetivos que justificaram a contratação e recomendações para o aprimoramento das atividades administrativas, nos termos do art. 21, inciso VI, do Decreto nº 11.246, de 2022.

6.24. O gestor do contrato encaminhará a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, conforme os valores apurados pela fiscalização e gestão contratual.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IV

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. A execução integral do serviço solicitado.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado

.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de 12 (doze) meses.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.29. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.32. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.33. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.34. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.34.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.34.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.34.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.34.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.35. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

8.36. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.37. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela empresa.

Qualificação Técnica

8.38. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

8.39. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.39.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.40. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.40.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.40.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.40.3. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.41. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.41.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.41.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.41.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.41.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.41.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.41.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta; e

8.41.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 641.149,18

9.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 641.149,18 (seiscentos e quarenta e um mil, cento e quarenta e nove reais e dezoito centavos)**, conforme o detalhamento de custos unitários constante deste Termo de Referência.

9.2. Os preços registrados poderão sofrer alterações ou atualizações nas seguintes hipóteses, observada a **Lei nº 14.133/2021**:

- **9.2.1. Revisão (Equilíbrio Econômico-Financeiro):** Para restabelecer a relação pactuada em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardo ou impedimento na execução do ajustado por fato do príncipe, fato da administração, caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021;
- **9.2.2. Alteração Tributária:** Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais com comprovada repercussão sobre os preços registrados (Art. 124, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- **9.2.3. Reajustamento em Sentido Estrito:** Aplicação de índice de correção monetária previsto no edital, após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado ou da apresentação da proposta, conforme o caso;
- **9.2.4. Repactuação:** Para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos, respeitado o interstício de um ano.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no **Orçamento Geral da União**.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após a aprovação da respectiva **Lei Orçamentária Anual (LOA)** e a liberação dos créditos correspondentes, formalizada mediante **apostilamento**, conforme autoriza o art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELO HENRIQUE DE LIMA BEZERRA

Aprovisionador



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 11:22:32.

CLOVIS TEIXEIRA FLORES

Fiscal Administrativo

DONIWILKER JESUS DE OLIVEIRA

Ordenador de Despesas Substituto do 28º Batalhão de Caçadores